

RENÉE PEREIRA - [O ESTADO DE S.PAULO](#) 26 Maio 2015 | *Indústria da construção afirma que redução de recursos para o PAC e o Minha Casa Minha Vida terão efeito direto em um setor que já vive um período conturbado, com cortes acumulados de 290 mil pessoas entre os meses de outubro e abril*

Os cortes no Orçamento Federal anunciados na sexta-feira devem ter um impacto profundo em um setor que já atravessa um momento difícil: a construção civil. Segundo empresários, a redução no volume disponível de recursos para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e para o programa Minha Casa, Minha Vida deve levar à paralisação de obras e aumentar as demissões no setor, que já estão em nível muito alto.

No total, os dois programas - considerados as principais bandeiras do governo Dilma Rousseff - terão redução de quase R\$ 33 bilhões no orçamento. O volume representa quase metade de todo o corte orçamentário, de R\$ 69,9 bilhões.

"Ninguém tem dúvida de que o ajuste fiscal é necessário para o País, mas basear os cortes em investimentos é muito ruim", afirma o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), José Carlos Rodrigues Martins. Ele destaca que, antes mesmo do corte, o setor já vinha sofrendo com o desaquecimento da economia (e também com os efeitos da Operação Lava Jato). Só no período entre outubro de 2014 e abril deste ano, a indústria da construção perdeu 290 mil postos de trabalho - número que deve se acelerar daqui para frente, diz o executivo.

As expectativas ruins para a construção estão expressas em dados divulgados ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O nível de atividade do setor atingiu o menor nível da história, segundo a Sondagem Indústria da Construção, realizada pela entidade. O indicador que mede o nível de atividade em relação ao usual chegou a 29,4 pontos em abril, ante 30,6 pontos em março. Em abril do ano passado, o índice estava em 42,6 pontos. A série da CNI teve início em dezembro de 2009 e, pela metodologia usada, os valores variam de zero a 100 pontos, sendo que números abaixo dos 50 pontos apontam cenário de queda.

### **Cenário**

. Para Martins, da Cbic, a principal preocupação do setor agora é o que vai ocorrer com as obras em andamento, já que não haverá dinheiro para pagar toda a conta. Desde o ano passado, o setor vem sofrendo com os constantes atrasos nos pagamentos das faturas de várias obras executadas. Até a semana passada, as contas em atraso do governo federal com as empresas somavam R\$ 4,8 bilhões, sendo R\$ 1,2 bilhão referente ao Minha Casa Minha Vida, R\$ 1,8 bilhão de obras do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e o restante de obras do PAC, segundo dados da Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas (Apeop).

No anúncio dos cortes, na sexta-feira, no entanto, o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa,

afirmou que o orçamento do Minha Casa Minha Vida foi preservado e ficou em R\$ 13 bilhões - o valor aprovado inicialmente para o programa, no entanto, era de R\$ 19,9 bilhões. Segundo ele, o valor é "compatível com o esforço" de contenção de gastos e garante o término das obras que estão com ao menos 70% de andamento. "Isso vai incluir uma adequação do cronograma dos projetos que têm um percentual abaixo dos 70%", revelou.

Segundo ele, os projetos serão mantidos, mas o ritmo vai se adequar ao "novo limite orçamentário". "O ritmo de execução é que vai ter de se adequar ao novo limite financeiro", disse. Ele também afirmou que a previsão de gastos no programa prevê o lançamento da terceira fase do Minha Casa Minha Vida, no segundo semestre.

Para o diretor executivo da Apeop, Carlos Eduardo Lima Jorge, porém, adequar o orçamento significa prolongar os cronogramas das obras, estendendo os prazos dos contratos. Isso deve resultar em diminuição do ritmo das obras e, em muitos casos, elevação do valor do empreendimento, já que a mudança no cronograma implica aumento das despesas fixas. No Minha Casa, como a margem de ganho é menor, poderá haver interrupção de obras.

O que se avalia, diz Lima Jorge, é paralisar os projetos cujas obras estejam com execução inferior a 10% do total. Na faixa entre 10% e 60%, os cronogramas poderiam ser alongados. Os projetos com execução superior a 60% teriam prioridade no orçamento. O executivo afirma que entre 15% e 18% das obras do programa estão na faixa de até 10% de execução.

Na opinião do analista de mercado imobiliário do JP Morgan, Marcelo Motta, os segmentos mais populares do Minha Casa, Minha Vida devem ser os mais afetados pelos cortes. "Como as faixas 1 e 2 do programa dependem mais de subsídio do Tesouro, imaginamos que essas serão as mais impactadas." Para ele, ainda há dúvidas sobre o futuro do programa, que só devem ser esclarecidas com o anúncio da terceira etapa.

Segundo Lima Jorge, uma das grandes preocupações do setor é que o ajuste fiscal terá reflexo em cadeia para investimentos de Estados e municípios. "E o impacto na economia poderá ser uma recessão mais profunda do que se espera", afirma o presidente da consultoria InterB, Cláudio Frischtak.

Para piorar, a defasagem de investimento representará degradação da infraestrutura nacional. "O Brasil investe entre 2% e 3% do PIB (Produto Interno Bruto) por ano no setor. Pelos padrões internacionais, esse é o investimento necessário apenas para manter o que existe, não para expandir os serviços. Se não fizermos nem isso, a qualidade da infraestrutura piora muito", diz Martins, da Cbic. /

**Colaboraram Anne Warth e Lucas Hirata**